



Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 114, Janeiro 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações

Wany Liete Pasquarelli

Equipe

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

Gláucia Souza

José da Silva

Juliane Alves

Mário Júnio

Vitor Hugo

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Elineth Campos

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

Esforço conjunto possibilitou que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) concluísse a análise de 70 projetos na última reunião de 2016.

Página 6

Relações trabalhistas são o eixo prioritário para a agenda de debates do setor de serviços no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Página 8

Aprovação de Resolução sobre a anuência prévia nas importações de lâmpadas mercuriais (ad referendum).

Página 10

Empresas terão prazo para adequar máquinas e equipamentos antes de serem autuadas.

Página 12

Votos aprovados na 156ª Reunião Ordinária do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS).

Página 14

X Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Página 16

Revisão da Lei Geral do Turismo, modernização das leis trabalhistas, melhoria da conectividade aérea e regulamentação dos serviços de economia compartilhada são temas da Reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT).

Página 19

■ EDUCAÇÃO/CULTURA

Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

Representação Efetiva

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representantes



1º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

Assessor Técnico em Música

Sesc - Departamento Nacional

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 5 a 9 de dezembro de 2016

A Comissão é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e pela bancada do empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais. Cada uma delas é formada por três representantes da sociedade civil, os quais exercem os papéis de titular, 1º e 2º suplentes.

Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao MinC: Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet –, que chegam à CNIC após uma primeira análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição, por meio de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País.

A reunião teve como pauta a análise de projetos culturais, tendo sido realizada a plenária final a partir das 16 horas do dia 9.

Foram analisados pela Comissão 638 projetos, sendo 608 aprovados e 30 indeferidos.

As deliberações são pautadas nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no conteúdo da Instrução Normativa 1/2013 do MinC, nas Súmulas da CNIC e em outros documentos relacionados ao tema.

Cabe à bancada do empresariado analisar projetos que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística ou que tratem da conjunção de ações artísticas e de formação, formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

O alto número de projetos em pauta é uma situação comum no final do ano, e, por se tratar da última reunião de 2016, foi necessário estendê-la por mais um dia, de modo a garantir a finalização do maior número possível de análises, haja vista tratar-se da última oportunidade para que os proponentes recebessem autorização para captação ainda em 2016, o que é de extrema importância, ou mesmo impreterível, em alguns casos, para que possam desenvolver seus projetos.

Como forma de garantir a conclusão do maior número possível de análises, de comum acordo entre o comissariado e o MinC, visando não prejudicar o cronograma de captação dos proponentes, mais uma vez ocorreu um esforço conjunto, iniciado antes mesmo do período das reuniões, com as análises sendo realizadas em parte de forma remota, sendo concluídas durante a reunião.

Esse trabalho antecipado contribuiu sobremaneira para que a representação do empresariado concluísse a análise de 70 projetos, dos quais se destacam os mais expressivos:

Mostra de Arte - 12º Cortejo Quiloma (Pronac 164345), realizado em Santos - SP, que aborda música e dança relacionadas ao Maracatu de baque virado, manifestação cultural de tradição pernambucana; XI Festival da Cultura Japonesa de Salvador 2017 (Pronac 164325), que promove dois dias de intensa programação cultural em Salvador - BA, com foco na Música e nas Artes Cênicas tradicionais do Japão; Festival Estudantil de Teatro (Feto) (Pronac 162638), realizado em Belo Horizonte - MG, que trata da realização de Festival de Artes Cênicas reunindo grupos amadores ligados a escolas vocacionais de Teatro e a cursos de teatro realizados por escolas de ensino regular; CTG Velha Querência: Democratizando o acesso à cultura (Pronac 163690), realizado em Jaraguá do Sul - SC, que trata da oferta de cursos e da realização de espetáculos de dança tradicionalista gaúcha, além da estruturação do espaço cultural do Centro de Tradições Gaúchas (CTG).

Além dos projetos em destaque, também foi objeto de análise pela bancada do empresariado um grande número de projetos relacionados aos desfiles carnavalescos e a Planos Anuais, produto relacionado a instituições que desenvolvem ações ininterruptas, como museus, escolas de arte e projetos sociais.

Foram 30 projetos encaminhados à plenária final, os quais, por sua complexidade e/ou alto custo, não recebem deliberação monocrática, e também aqueles cuja decisão do comissário contraria a do perito técnico da entidade vinculada responsável pela análise inicial. Apenas um projeto foi encaminhado à plenária pelo comissário representante da CNC.

As plenárias são transmitidas ao vivo, em áudio, através de link disponibilizado no site do MinC.

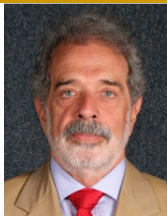
Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Diálogo de Fomento à Produtividade e Competitividade do Setor de Serviços

Representantes



Titular

Roberto Nogueira Ferreira
Consultor da Presidência da CNC



Suplente

Izis Janote Ferreira
Economista - Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 1º de dezembro de 2016

A 2ª Reunião para Fomento da Competitividade e Produtividade do Setor de Serviços foi promovida pela Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), em Brasília. O encontro teve a participação de representantes das seguintes entidades: Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduanheiros), Federação Nacional dos Sindicatos das Empresas de Segurança, Vigilância e de Transporte de Valores (Fenavist), Certificação Brasileira de Teste de Software (CBTS) e Federação Brasileira das Associações de Controladores de Vetores e Pragas Sinantrópicas (Feprag), além da CNC e de outras áreas e secretarias do próprio MDIC.

O objetivo do grupo, formado pela Coordenação de Mercado Doméstico da SCS e liderado pelo secretário Marcelo Maia, é a definição de eixos e temas prioritários para a agenda de trabalho do setor no mercado interno. A SCS tem outro grupo de trabalho, cujo foco é o mercado externo de serviços. Ambas as Coordenações têm assuntos correlatos nas agendas prioritárias.

A pauta da reunião foi composta por temas dos seguintes eixos:

Eixo 1 - melhoria no ambiente de negócios: reforma do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Desenvolvimento da Seguridade Social (Cofins), nota fiscal eletrônica de serviços e repositório nacional – a adaptação dos Municípios à Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) é um desafio.

Eixo 2 - crédito e financiamento: criação do Fundo Garantidor para Micros e Pequenas Empresas (MPes) e flexibilização de garantias, serviços e itens

financiáveis pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – pretende-se convidar o Banco para a próxima reunião do grupo.

Eixo 3 - relações trabalhistas: revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de forma a que os acordos e negociações coletivas prevaleçam, terceirização e capacitação (futuros empregados), proposta de alteração na legislação sobre Primeiro Emprego e Jovem Aprendiz – relatos de dificuldades para ocupar as vagas estabelecidas pela legislação. Neste eixo foram postos em pauta também os Projetos de Lei (PLs) sobre terceirização e trabalho intermitente. Adicionalmente, argumentou-se que as instruções normativas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Súmulas – conferem enorme insegurança jurídica no ambiente de negócios do setor, que tem aproximadamente 70% da estrutura de custos associada ao fator trabalho/mão de obra.

Outro assunto que motivou intensa discussão neste eixo foi o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o qual passará a ser obrigatório para as grandes e médias empresas em julho de 2017, e para as pequenas e microempresas, a partir de janeiro de 2018.

Eixo 4 - olhar para o futuro: realização de seminário que deverá abordar, entre outros assuntos, capacitação para serviços (funcionário e empresário) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) -, internacionalização de empresas (como o setor deve se preparar para competir com as empresas internacionais que ingressam no mercado brasileiro), além de automação e tecnologia em serviços.

Entre os temas extras estiveram riscos ambientais de trabalho nas atividades de alguns segmentos do setor e regime de tributação de lucro presumido.

A SCS destacou que estão fora do contexto as iniciativas que visam à redução da carga tributária, deixando claro que o trabalho desenvolvido com a Casa Civil e demais ministérios é no sentido da desburocratização/facilitação (administrativa) das operações das empresas de serviços.

A reunião foi encerrada com um breve planejamento para 2017, em que o eixo prioritário deverá ser o trabalhista. Já na próxima reunião do grupo o MTE será chamado, na intenção de se buscar consenso para alguns posicionamentos. A SCS solicitou aos representantes que enviem casos concretos/problemas identificados pelas entidades nas operações das empresas de serviços.

INFRAESTRUTURA

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação Efetiva

Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)

Representante



Titular

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
2º Diretor Tesoureiro da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2016

1. Aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária do Conmetro
2. Aprovação da Resolução sobre anuência nas importações de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes (*ad referendum*)
3. Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade (CBAC): aprovação da revisão do Regimento Interno
4. CBAC: aprovação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC)
5. Comitê Brasileiro de Normalização (CBN): aprovação das Diretrizes da Estratégia Brasileira de Normalização 2015-2020
6. Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR): aprovação da revisão do Regimento Interno
7. Programa Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida (PBACV): aprovação da revisão do Regimento Interno do Comitê Gestor do PBACV
8. PBACV: aprovação do Plano de Ação Quadrienal 2016-2019
9. Aprovação de critérios para delegação de competências ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)
10. Revogação da Resolução Conmetro nº 5, de 6 de maio de 2008, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória
11. Revisão da Resolução Conmetro nº 11, de 12 de outubro de 1988, que trata das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País
12. Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC): aprovação do Regimento Interno

13. Outros Assuntos

A Pauta da reunião foi cumprida integralmente, sendo adiada para o próximo encontro a deliberação dos itens 8 (PBACV: aprovação do Plano de Ação Quadrienal 2016-2019) e 9 (Aprovação de critérios para delegação de competências ao Inmetro).

Ressalta-se a aprovação da Resolução *ad referendum* sobre a anuência prévia nas importações de Lâmpadas Mercuriais.

No item *Outros Assuntos*, o representante da CNC destacou a necessidade da interveniência do MDIC na Fazenda Nacional, para a não incidência de tributos sobre as taxas de Logística Reversa (Taxa Visível) em lâmpadas e eletroeletrônicos.

O secretário Executivo do Ministério, Marcos Jorge de Lima, propôs-se a encaminhar uma nota técnica ao ministro, a fim de que este defenda na Fazenda Nacional a não oneração tributária da taxa.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Comissão Nacional Tripartite Temática - NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Representante



Titular

Marcio Milan

Vice-Presidente

Associação Brasileira de Supermercados (Abrás)

(Compareceu)

Ações

Empresas terão prazo para adequar máquinas e equipamentos antes de ser autuadas.

Uma mudança publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério do Trabalho estabelece novas regras para a fiscalização da Norma Regulamentadora 12 (NR-12), em cumprimento a Instrução Normativa Nº 129 de janeiro de 2017.

Os auditores Fiscais do Trabalho continuarão inspecionando as empresas para conferir se a segurança das máquinas e equipamentos que a NR-12 estabelece está sendo observada. Entretanto, darão prazo para os empresários se adequarem antes de emitirem autos de infração e multas.

A alteração visa atender ao interesse de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, além de conciliar as empresas que têm a verdadeira intenção de regularização, dando-lhes a oportunidade de adequação. Ao mesmo tempo, a mudança estabelece para os auditores Fiscais maior autonomia durante as fiscalizações.

O objetivo maior é o cumprimento da norma de proteção, propiciando às empresas espaço para adequação das dificuldades técnicas e financeiras que constituem obstáculos à regularização, para busca conjunta de uma solução adequada a cada caso.

Os trabalhadores não sofrerão qualquer prejuízo ou ameaça com o novo procedimento.

Entenda as mudanças:

1ª mudança

Antes: na primeira visita do auditor Fiscal do Trabalho, toda irregularidade identificada poderia gerar um auto de infração e, como consequência, uma multa.

Agora: na primeira visita o auditor Fiscal do Trabalho apenas identifica as irregularidades e estipula um prazo para o empresário fazer as adequações, sem emissão de auto de infração. Esse prazo será de até 12 meses, dependendo da complexidade da adequação.

2ª mudança

Antes: a autuação já previa a correção da irregularidade. Caso houvesse uma segunda fiscalização e o problema ainda não tivesse sido corrigido, o empresário recebia uma nova multa com majoração pela reincidência.

Agora: se o empresário não conseguir cumprir a determinação no prazo estabelecido pelo auditor Fiscal, ele poderá submeter à apreciação da fiscalização um plano de trabalho com prorrogação dos prazos, no qual deverão constar justificativa técnica ou econômica devidamente comprovada e prazos bem definidos para cada ação. Enquanto vigentes os novos prazos, não haverá imposição de multa.

O que não muda:

Máquinas que oferecem risco grave e iminente de acidente serão imediatamente interditadas.

Essa mudança ficará em vigor por 36 meses. Esse é o prazo em que a Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-12 terá para estudar e debater melhorias na Norma. O grupo é composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo e tem como uma das atribuições monitorar a aplicabilidade da Lei.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS)

Representantes



Titular

Abelardo Campoy Diaz

Consultor da Vice-Presidência de Habitação Econômica do Secovi-SP

(Compareceu)



Suplente

Cláudio Elias Conz

Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 6 de dezembro de 2016

Assuntos Deliberados:

a) Voto nº 31/2016/SECCFGTS/CUT/FS/UGT/NCST/CSB/CTB - Propõe regulamentar as operações de crédito consignado tendo como garantia o saldo de sua conta vinculada do FGTS.

Aprovado.

b) Voto nº 35/2016/CAIXA - Propõe o reinvestimento de recursos do Fundo de Investimento (FI)-FGTS que foram objeto de desinvestimentos e retorno das aplicações no exercício de 2015.

Aprovado.

c) Voto nº 36/2016/MTb - Propõe alteração na Resolução nº 742, de 2014, com o objetivo de alterar os critérios para aplicação dos recursos alocados à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) a título de remuneração da fiscalização do FGTS .

Aprovado.

d) Voto nº 37/2016/SECCFGTS - Propõe alterar a composição do Comitê de Investimento do FI-FGTS.

Aprovado.

e) Voto nº 38/2016/SECCFGTS - Propõe o provisionamento dos valores referentes à interrupção da exigibilidade dos juros relacionados aos contratos firmados pelo agente Minascaixa, por força da liquidação extrajudicial do agente.

Aprovado.

f) Voto nº 39/2016/MCidades - Propõe nova redação para as Resoluções nº 702, de 4 de outubro de 2012, e nº 790, de 27 de outubro de 2015, que estabelecem diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS.

Aprovado.

g) Voto nº 40/2016/CAIXA - Propõe alterar a data-limite para a aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e letras de Crédito Imobiliário (LCI) prevista pela Resolução nº 798, de 26 de fevereiro de 2016.

Aprovado.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação Efetiva

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

Representantes:



Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto

Chefe

Assessoria junto ao Poder Executivo da CNC

(Compareceu)



Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira

Advogado - Divisão Sindical da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2016

A X Reunião do CNIg foi presidida pelo presidente do Conselho, Paulo Sérgio de Almeida. Na abertura, ele agradeceu à CNC pela gentileza do oferecimento do jantar em comemoração ao Dia Internacional do Imigrante, ocasião em que foi lançado o Relatório Anual 2016 *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*, elogio que foi repetido por outros conselheiros.

Na sequência, o presidente aprovou a agenda provisória e as Atas da VII e da VIII Reunião Ordinária do CNIg de 2016.

Em seguida, deu início aos relatos dos Grupos de Trabalho (GTs), abordando o tema da Lei de Migração. Ele ressaltou a importância de se lutar para que as atribuições do CNIg sejam previstas em lei e propôs que essa seja a grande meta para 2017.

Paulo Sérgio de Almeida informou, ainda, sobre uma possível Missão à Roraima (RR) que o CNIg deverá realizar no final de janeiro, com o objetivo de aprofundar a realidade local e acompanhar o que as autoridades roraimenses estão fazendo para administrar o fluxo migratório venezuelano no Estado. O que se sabe até o momento é que a imigração venezuelana tem os mais variados objetivos, como trabalho, atendimento hospitalar, etc.

Após sua participação, o representante do Ministério Público Federal (MPF), João Akira Omoto, reforçou a ampla missão em Roraima, demonstrando preocupação principalmente em relação ao trânsito entre países indígenas. O que se sabe até o momento é que as autoridades de Roraima deportam esses indígenas por meio de ônibus, a fim de devolvê-los às autoridades venezuelanas.

Contudo, apesar dos esforços, tem sido verificada reincidência no ingresso desses indígenas no Brasil, os quais percorrem aproximadamente 900 quilômetros entre seu habitat e o Estado de Roraima.

Akira Omoto reforçou que está buscando em toda a legislação, nacional e internacional, de amparo às questões legais indígenas uma solução legal especificamente para esse povo.

De forma ampla, até o momento há notícias de movimentos pendulares de aproximadamente trezentas pessoas com os mais diversos objetivos, conforme relatado acima (trabalho, atendimento hospitalar, fixação no Brasil, etc.). Em compensação, o Estado de Roraima informa a existência de aproximadamente seis mil venezuelanos abrigados nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

Análises dos novos fluxos migratórios ao Brasil

Paulo Gustavo Sant'ana, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), deu início à sua participação discorrendo sobre a preocupação com a segurança das crianças brasileiras filhas de imigrantes haitianos que estão sendo levadas para os Estados Unidos da América (EUA) pelos pais (imigrantes haitianos) que estão fazendo um movimento de saída do Brasil.

Outra preocupação externada pelo Itamaraty são os haitianos com visto permanente no Brasil que estão retidos nos EUA.

Em seguida, o representante da Polícia Federal (PF), Alexandre Rabelo Patury, ponderou sobre os movimentos migratórios que considera caóticos, pois, segundo ele, a leitura do evento migratório do passado não se aplica ao futuro, sendo as variáveis, portanto, imprevisíveis.

Segundo Patury, todos os órgãos que compõem a cadeia de políticas públicas migratórias deveriam trabalhar em conjunto, uma vez que a legalidade nem sempre é justa. Dessa forma, cabe aos órgãos colegiados como o CNIg aplicar a justiça com a legalidade, pois o Conselho mantém viva a legislação do estrangeiro.

O representante da PF concluiu que se deve buscar um marco regulatório que não desvirtue o refúgio, ou seja, que cabe ao CNIg decidir o que fazer, pois seu órgão de representação – a Polícia Federal – é apenas um executor de última instância das políticas públicas pensadas pelos órgãos públicos.

Resultado da Pesquisa Contratada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Entre 2009 e 2013 o CNIg recorreu à FGV com o objetivo de aperfeiçoar suas normativas, de modo a simplificar os atos e procedimentos do Conselho.

Em 2015, quando o trabalho foi concluído, a FGV propôs uma série de alterações nas normativas do CNIg, entre elas a Resolução Normativa nº 124, de 13/12/2016, que "Dispõe sobre a transformação da condição migratória temporária de estudante para temporária de trabalho", aprovada pelo Conselho e que entrou em vigor a partir da data de sua publicação (22/12/2016).

TURISMO

Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

Representação Efetiva

Conselho Nacional de Turismo (CNT)

Representantes



Titular

Antonio Oliveira Santos
Presidente da CNC



Suplente

Eraldo Alves da Cruz
Secretário Executivo do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 7 de dezembro de 2016

A 48ª Reunião Ordinária do CNT foi realizada em Brasília. Na ocasião, o presidente do Cetur da CNC, Alexandre Sampaio de Abreu, representou a Confederação junto com Eraldo Cruz.

Durante o encontro, foram debatidos temas como a modernização das Leis trabalhistas, a melhoria da conectividade aérea e a regulamentação dos serviços de economia compartilhada, como o Airbnb. O ministro do Turismo, Marx Beltrão, afirmou que vai retomar as câmaras temáticas para discussão das demandas do setor.

Alexandre Sampaio falou sobre a necessidade de regulamentação das plataformas de economia solidária, como o Airbnb, e também sobre a urgência da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 2.430/2003, que dispensa o visto para entrada de turistas dos Estados Unidos da América (EUA). Segundo Sampaio, a matéria já está com todo o arcabouço jurídico e técnico da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Senado Federal, e vem ao encontro dos anseios do setor e do País, pois pode contribuir de forma ágil para a retomada do crescimento econômico em um momento de crise.

Eraldo Cruz informou aos integrantes do CNT sobre a realização do Seminário Jurídico de Turismo (cuja cobertura está disponível em: <http://cnc.org.br/noticias/turismo/seminario-juridico-de-turismo-panrotas-7-13-de-dezembro>), evento que abordou temas que impactam de forma direta o segmento, e citou o estudo elaborado pelo Cetur da CNC no primeiro semestre, o qual pode embasar políticas públicas do setor (igualmente disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/turismo_cenarios_em_debate_1.pdf)

O ministro citou iniciativas de turismo nas Federações do Comércio (Fecomércios), lembrando sua participação na reunião de instalação do Cetur na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio-AL), em 5 de dezembro. Ele elogiou a iniciativa e afirmou a importância da existência de fóruns semelhantes nas demais federações do comércio do Brasil, que possibilitam a regionalização das ações do setor, além de ampliar a interação entre o governo, o trade e as entidades.

Lei Geral do Turismo

Uma proposta de revisão da Lei Geral do Turismo foi entregue pelo ministro Marx Beltrão aos membros do CNT, o qual afirmou que gostaria das contribuições de todos. A ideia é que nos próximos 30 dias eles avaliem o documento e vejam como podem contribuir, a fim de que seja possível atualizar a legislação do setor.

No documento proposto, o MTur avança em relação a temas como a redução da diária de 24 horas para hospedagem, a inclusão de albergues e hostels como conceito de hospedagem, o direcionamento das receitas com as cobranças de multas para os entes executores da fiscalização. O texto sugere também o reconhecimento dos cruzeiros aquaviários como prestadores de serviços turísticos, além do fortalecimento de profissões regulamentadas e reconhecidas do setor, como guias de turismo e turismólogos.

Transformação do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) em agência

Marx Beltrão informou, ainda, sobre o envio à Casa Civil da Presidência da República de sugestão de medida provisória flexibilizando a classificação da Embratur. Pela proposta, a autarquia passaria a ser também uma agência, podendo, entre outras atribuições, captar recursos estrangeiros para investimentos e manter escritórios próprios no exterior. A proposta prevê também que a Embratur atue em viabilização de parcerias público-privadas voltadas à promoção internacional do País, apoio à comercialização de produtos e serviços turísticos, realização de trabalho de consultoria, treinamento e divulgação e recebimento de remuneração pelo apoio à promoção de atrativos turísticos.